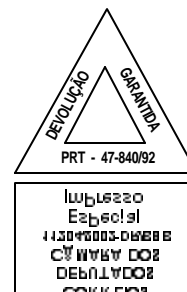


# Jornal da Câmara



Brasília, Quarta-feira, 9 de abril de 2003

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ano 5 - Nº 962

## Compositores pedem leis de combate à pirataria



O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, recebeu ontem o diretor-geral da Associação Brasileira de Produtores de Discos, Paulo Rosa, que, acompanhado de cantores pediu apoio para elaborar leis que combatam a pirataria musical. João Paulo destacou a aprovação pela Câmara do projeto que prevê a

destruição do material apreendido e a perda dos equipamentos usados para a sua produção. Os artistas também participaram de audiência das comissões de Ciência e Tecnologia e do Trabalho, quando foi denunciado que a pirataria de CDs no País alcança 50% do comércio desses discos. **Página 8**

**PSDB quer rejeição da MP sobre anúncio de cigarro na F-1**

**Página 5**

## Câmara integra-se ao Programa Fome Zero

A Câmara integra-se, a partir de hoje, ao programa de combate à fome e pela erradicação da miséria no País.

Com o apoio da Presidência da Casa, será lançada uma campanha para doação de alimentos e recursos ao *Programa Fome Zero*. Uma série de atividades marcará a campanha. Às 10h30, o presidente da Câmara, João Pau-



lo Cunha, recebe o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, e o estilista

Ocimar Versolato, que vai oficializar o projeto de criação da camiseta do *Programa Fome Zero*. Às 11 horas, será instalada a Frente Parlamentar de Combate à Fome, no Auditório Nereu Ramos. **Página 4**

## Plenário terá sessões deliberativas na Semana Santa

**Página 2**

## Os 100 dias do governo Lula

No debate sobre os 100 dias do governo federal, os líderes dos partidos aliados rebateram as críticas de continuísmo e as contradições apontadas pela oposição. O líder do PT, Nelson Pellegrino (BA), salientou que 100 dias não são suficientes para consertar tudo o que

foi destruído em 13 anos. Destacou que, quando Lula assumiu a presidência, o Risco Brasil batia em 2.400 pontos e hoje está em 970 pontos.

Já o líder do governo, Aldo Rebelo, ressaltou a contribuição da Câmara para as conquistas alcançadas no período.

**Página 3**

**Jornal da Câmara**

Na Internet:

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

E-mail:

[jornal@camara.gov.br](mailto:jornal@camara.gov.br)

# Câmara define calendário de votações da Semana Santa

Para manter o ritmo dos seus trabalhos, a Câmara vai se reunir durante a Semana Santa em esforço concentrado, com sessões deliberativas de segunda a quarta-feira da semana que vem. A expectativa do presidente João Paulo Cunha é de votar o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição 53/99, que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional, e a MP 107/03, que altera as leis sobre cobrança do PIS/Pasep e do Simples. Está sendo discutida a inclusão na medida provisória do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para pessoas físicas, que vai permitir o parcelamento das dívidas com o INSS e a Receita Federal.

## Relatorias de MPs

O critério de distribuição das relatorias das medidas provisórias foi o principal tema da reunião de ontem do presidente João Paulo Cunha com o colégio dos



João Paulo Cunha

líderes partidários. O objetivo é definir um rodízio, para dar agilidade às votações e aumentar a participação dos partidos. Pela proposta do presidente da Câmara, o PT teria seis relatorias, enquanto PFL e PMDB teriam direito a nomear três relatores. A partir daí, todos os partidos ficariam com uma relatoria. O PFL, no entanto, discordou dos critéri-

os. O líder do partido, deputado José Carlos Aleluia (BA), defendeu que as relatorias sejam distribuídas só entre as maiores bancadas na Câmara e anunciou obstrução às votações. Mas os outros partidos apóiam a distribuição das relatorias proporcionalmente entre todos os partidos, inclusive os menores, como o PV e o Prona.

## Violência

Na área de Segurança Pública, a pauta de projetos deverá ser definida nesta quinta-feira, prazo fixado para que os partidos apresentem até três propostas que serão selecionadas e debatidas em nova reunião com o Colégio de Líderes. "Vamos votar alguns projetos importantes, sempre ressaltando que isso não resolve o problema da criminalidade no Brasil", alertou o presidente. "O problema da segurança é muito mais complexo. O que nós vamos oferecer à sociedade e ao Judiciá-

rio são mecanismos que auxiliem a combater o crime, especialmente o crime organizado. O que resolve é mudar a estrutura do País, mudar a política econômica, gerar emprego, distribuir renda, criar condições para o País avançar. Nesse momento, a Câmara pode oferecer instrumentos e nós vamos oferecer".

## Convocação

O presidente da Câmara afirmou também que não há qualquer definição com relação à convocação extraordinária no mês de julho, para que não haja interrupção na análise das reformas constitucionais que chegam ao Congresso até o final do mês. "Não há ainda um ato de convocação para o mês de julho. Há apenas uma possibilidade", informou João Paulo. "Se as matérias mais importantes forem votadas até o início de julho, talvez seja desnecessária a convocação".

## MPs ficam para sessão extraordinária de hoje

O presidente João Paulo Cunha convocou sessão extraordinária para hoje às 11 horas, para apreciação das MPs que estão trancando a pauta. Na sessão de ontem, os deputados relatores das MPs 91/02, 104/03 e 106/03 pediram



novo prazo para apresentação de seus pareceres. No caso da MP do Refis, os líderes chegaram a um acordo para votação na próxima terça-feira, com vistas a se chegar a uma negociação mais ampla em torno da matéria.

A base do governo tentou começar a apreciar matérias que seriam menos polêmicas, che-

gando mesmo a derrubar, em votação nominal, requerimento de retirada de pauta da MP 106/02, que cria a Agência de Promoção de Exportações do Brasil. Mas o relator, deputado José Múcio Monteiro (PSDB-PE), pediu

prazo para proferir o parecer.

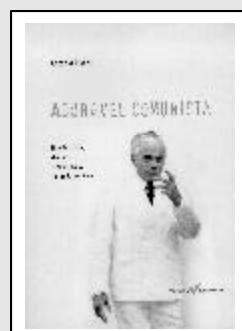
A situação se repetiu nos casos das MPs 104/03 (revogação do artigo 374 do Código Civil), cujo relator é o deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), e 91/02 (regras para medicamentos genéricos importados), com relatoria a cargo do deputado Ney Lopes (PFL-RN).



## Frente da Criança e do Adolescente é reinstalada

Foi reinstalada ontem, no Plenário 10 da Câmara, a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, por iniciativa das deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP) e das senadoras Serys Slhessaenko (PT-MT) e Patrícia Gomes (PPS-CE). A Frente funciona desde 1990 e sua nova coordenação deverá ser escolhida na semana que vem. Participam 115 deputados e 21 senadores.

## Livros



### Adorável Comunista

Hoje, às 18 horas, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, será lançado o livro *Adorável Comunista*, um perfil político de Fernando Sant'Anna, personalidade política nacional das mais conhecidas e deputado federal em várias legislaturas. Ex-líder do governo João Goulart e constituinte em 1987-88, o presidente de honra do PPS é desvendado pelo escritor baiano Antônio Risério.

### Sistema partidário

Às 19 horas, no Salão Nobre, o Instituto Teotônio Vilela lançará o livro *O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira*. Na ocasião, será realizado debate com o organizador da publicação, professor José Antônio Giusti Tavares, e o deputado João Almeida (PSDB-BA), integrante da Comissão Especial para a Reforma Política. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Giusti Tavares é professor no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor de Ciência Política na Universidade Luterana do Brasil.

## 100 dias de governo Lula

# Inaldo Leitão aponta contradição no governo

Ao fazer um balanço dos 100 dias do governo, o deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB) afirmou que “o Lula da campanha não guarda qualquer identidade com o Lula no governo. É um presidente que exercita a contradição e pratica o continuísmo”.

O deputado afirmou que a política macroeconômica que vem sendo implantada pelo ministro Antônio Palocci “não poderia resultar num desastre maior”. Como exemplo, citou a taxa de juros Selic que saiu de 25% para 26.5% e que poderá aumentar ainda mais, tendo em vista que o governo vai precisar retirar do mercado cerca de R\$ 15 bilhões para pagamento dos juros da dívida externa. “Ato tão censurado ao



Inaldo Leitão

longo de muitos anos pelos que hoje estão no poder”, lembrou.

De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego aumentou de 10,55% , em dezembro, para 11,7%, não correspondendo, segundo o deputado, com a promes-

sa de Lula de gerar 4 milhões de empregos em quatro anos. O deputado também protestou contra a renda do trabalhador, que recuou de R\$ 837,25 para R\$ 821,80 e o aumento da violência no Brasil, que recentemente vitimou dois juízes e fechou a cidade do Rio de Janeiro.

Com relação ao salário mínimo, Leitão lembrou que a promessa do PT de reajustá-lo para US\$ 100, não foi cumprida, e o mesmo ficará em torno de US\$ 70.

No entanto, a categoria que receberá a maior punição, na opinião do deputado, é a do servidor público, que receberá apenas 2,3% de aumento, ou 1% como anúncio feito pelo ministro Guido Mantega, ao jornal *Folha de S. Paulo*, na edição de ontem.

## Parlamentares acreditam que país está no rumo do crescimento

O deputado Rubens Otoni (PT-GO) elogiou o pronunciamento feito pelo Presidente da República na última segunda-feira, acrescentando que Lula deixou claro que está pronto para colocar o Brasil no rumo do crescimento econômico e social. “O pronunciamento foi importante no atual momento político porque demonstrou que o presidente é um líder equilibrado e, acima de tudo, honesto com a Nação, pois não pretendeu contar vantagens, mas colocar o povo a par da realidade”, enfatizou. Salientou que as soluções para os problemas não serão colocadas em prática de uma hora para a outra, mas que o governo está disposto a realizar as reformas necessárias para incentivar o crescimento econômico.

**Ary Vanazzi** (PT-RS) se disse surpreendido com as cobranças feitas pelo PSDB e PFL, neste início de governo. Assinalou que, apesar de pouco tempo, o governo do PT já conseguiu resultados na área econômica. “Além disso, demonstrou a preocupação com a soberania e o espírito democrático do governo ao posicionar-se contra a guerra, enfrentando o imperialismo americano”, ressaltou. Lembrou também que a Câmara aprovou a PEC do sistema financeiro, que tramitava há dez anos na Casa e que, em sua opinião, o governo anterior não fez esforço para votá-la.

O deputado gaúcho disse que PFL e PSDB terão em breve a oportunidade de debater com o partido governista o projeto que cria o Conselho e o Fundo Naci-

onal de Habitação, que há 12 anos tramita na Casa.

**Reginaldo Germano** (PFL-BA) deu razão a articulistas que definem Lula como estadista, e citou pesquisa que atribuiu ao chefe do Executivo 85% de aval popular. O que não se pode esquecer, disse o deputado, é que os partidos hoje na oposição, como o PFL e o PSDB, também são merecedores de reconhecimento, porque votaram juntos com o governo matérias bastante impopulares. O deputado baiano lembrou que, durante o governo FHC, essas mesmas matérias eram criticadas pelo Partido dos Trabalhadores, a exemplo da reforma da Previdência. “Cansamos de ver o PT colocar chapuzinho e nariz de palhaço, apupar e gritar contra a aprovação do que se quer ver aprovado hoje”, protestou.

# Aldo Rebelo destaca contribuição da Câmara

O líder do governo na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), avaliando o período, destacou a contribuição da Câmara e em particular do presidente João Paulo Cunha para as “conquistas” registradas no período. Rebelo listou a votação de 23 medidas provisórias, 6 projetos de decreto legislativo e outros 6 grandes projetos de lei, como o que altera a Lei de Execuções Penais e o Estatuto do Torcedor. Mas o grande feito, segundo o líder, foi a desobstrução regimental e política para que Legislativo e Executivo possam agora debater e decidir o que querem fazer com o Sistema Financeiro. “Foram 14 anos de dificuldades quase irremovíveis”, lembrou, destacando o voto de 442 parlamentares, para ele “uma verdadeira demonstração de inequívoca união nacional”.

O líder do governo também se referiu aos esforços para a formação da base, de apoio ao Executivo no seu projeto de “construção da esperança”. Segundo o deputado comunista, a base parlamentar pode ser hete-



Aldo Rebelo

rogênea em matéria de cultura política ou de ideologia,” mas saberá ser homogênea na hora de fazer o Brasil crescer”.

Salientou Aldo Rebelo, que a busca de atrair o PMDB, e o PP não constitui uma afronta à oposição. “Ao contrário, a oposição será sempre um instrumento legitimador no processo democrático e sempre que possível iremos buscar unidade com sua bancada”, disse o deputado paulista, lembrando que na remoção da obstrução para alterar o artigo 192 da Constituição Federal, sobre o Sistema Financeiro, a oposição votou uníssona com a base governista.

## Pellegrino ressalta que 100 dias é pouco para avaliação

O líder do PT, deputado Nelson Pellegrino (BA) afirmou ontem que é necessário observar que 100 dias não são suficientes para consertar tudo o que foi destruído em 13 anos. Destacou, no entanto, que Lula assumiu a Presidência com o Risco Brasil em 2.400 pontos, a dívida pública interna era de R\$ 850 bilhões e a dívida externa, de US\$ 240 bilhões. Ressaltou que nesses três meses, o Ris-

co Brasil despencou de 2.400 pontos para 970 pontos e está em queda livre, enquanto a inflação dá sinais consistentes de que está decrescendo.

Garantiu o líder do PT: “Este governo vai baixar os juros, está criando condições para isso, porque está reduzindo o Risco Brasil, que pode cair para os 400, 300 pontos, pois o governo tem credibilidade, a economia do Brasil tem credibilidade”.

# Câmara apóia *Programa Fome Zero*

A Câmara reinstala hoje a Frente Parlamentar de Combate à Fome e promove, em ato simbólico, um mutirão de combate à fome, com a arrecadação de alimentos não-perecíveis para serem doados ao *Programa Fome Zero*. A solenidade está marcada para as 11 horas no Auditório Nereu Ramos e contará com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, e o ministro extraordinário da Segurança Alimentar, José Graziano.

No plenário, o deputado **Zico Bronzeado (PT-AC)** afirmou

que o êxito do programa depende mais do esforço conjunto de elaboração e execução de estratégias locais, criativas e participativas. Ele frisou a necessidade de a Câmara estar atenta a essas experiências e trabalhar no sentido

de evitar que o combate à fome deixe de alcançar seus objetivos por falta de apoio político. “Mesmo com o consenso da sociedade em torno da eliminação da fome, sem dúvida, a chaga mais visível de um modelo excluden-

te e concentrador, há sempre os que procuram no governo motivos para descrença e omissão”, enfatizou, criticando que aqueles que produziram esse modelo agora exigem soluções imediatas. “Penso ser essencial que o *Programa*



*Fome Zero* seja visto como um importante embrião que precisa da participação de toda a sociedade e que sejam aproveitadas soluções já colocadas em prática em cada um dos 5 mil municípios”, reiterou. Ele citou como exemplo a ser seguido a experiência do *Programa de Solidariedade*, desenvolvido pelo governo do Acre. O programa é dividido em seis subprogramas, como *Primeiro Emprego*, *Renda Mínima*, *Bolsa-Escola* e o *Bolsa Universitária*, todos interligados para acabar com a miséria naquele estado.

Já o deputado **Lincoln Por-**

**tela (PL-MG)**, depois de comunicar a reinstalação da Frente Parlamentar de Combate à Fome, lembrou que a última previsão para a safra 2002/2003 no Brasil estima uma colheita de 112,4 milhões de toneladas de grãos, o que significa um incremento de 14% com relação à anterior que foi de 96,7 milhões de toneladas. Para ele, o crescimento da agricultura brasileira está associado aos ganhos de produtividade, merecendo destaque as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologias realizadas pela Embrapa. “É necessário que se procure maior eficiência em todos os elos da cadeia produtiva e que o governo invista, realmente, na criação e modernização da infraestrutura logística e introduza alterações na estrutura tributária para que o agronegócio possa efetivamente agir com competência na conquista de novos mercados”, considerou.

## Inocência recebe embaixador



O primeiro vice-presidente da Câmara lembrou a Grécia como “berço da política e da democracia”

Ao receber o embaixador da Grécia, Stratos Doukas, e comitiva de deputados gregos, na manhã de ontem, o deputado Inocêncio Oliveira, primeiro-vice-presidente da Câmara, afirmou que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, está completando de maneira positiva os 100 primeiros dias de governo, garantindo a manutenção dos fundamentos da economia. Assinalou que, apesar de pertencer a um partido de oposição, deu uma trégua ao novo governo, um crédito de confiança.

Inocêncio Oliveira parabenizou o ingresso da Grécia na

União Européia, destacando a estabilidade política e econômica que o país atravessa. “Precisamos cada vez mais estreitar os laços de amizade dos dois povos e, sobretudo, dos dois parlamentos”, defendeu, lembrando que a Grécia é o berço da política e da democracia. Stratos Doukas aproveitou o momento para convidar o vice-presidente da Câmara para uma visita oficial à Grécia.

O embaixador da Grécia estava acompanhado dos deputados Ioannis Diamantidis, Ioannis Thomopoulos, Anastasios Norantzis e Antonios Shyllakos.

## Líderes rebatem críticas ao ministro Roberto Amaral

O líder do governo na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), rebateu as críticas do líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA), de que o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, estaria fazendo um “trabalho desastroso” à frente de sua Pasta e que estaria sofrendo uma oposição quase unânime entre os membros da equipe do governo Lula. “O ministro é prestigiado, estimado e respeitado dentro e fora do governo”, disse Aldo Rebelo. Depois de ressaltar o “espírito público” e a “tolerância democrática” de Roberto Amaral, citou o caso dos transgênicos como exemplo de conceitos e interesses diferenciados ligados à administração científica e tecnológica. Segundo Aldo Rebelo, para en-

frentar esse debate, Roberto Amaral tem se pautado pelo “equilíbrio e pelo espírito democrático, sempre procurando executar as orientações e as diretrizes de governo”.

Também o vice-líder do PSDB, Eduardo Campos (PE), saiu em defesa de Roberto Amaral. “O deputado Aleluia precisa se decidir se é governo ou oposição, porque está com mania de governo, ao querer demitir o ministro”, disse Campos, frisando que quem demite um ministro é o presidente da República. Disse ainda que, nos 100 dias de governo, o ministério dirigido por Roberto Amaral vem procurando recuperar o tempo perdido e prestigiando a ciência e a tecnologia, para que o Brasil avance neste setor.

## CCJR aprova admissibilidade da PEC da ética pública

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 181/99, da deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), que proíbe o ocupante de função de confiança ou cargo em comissão de, até dois anos após seu afastamento, prestar atividade de direção, assessoramento ou consultoria em empresa privada que tenha sido fiscalizada ou seja beneficiária de contratos com o órgão público no qual atuava. A PEC foi aprovada na forma do substitutivo do relator, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que adapta a redação às regras da Lei Complementar 95/98.

Em sua justificativa, a deputada lembrou as constantes denúncias sobre o recrutamento de ocupantes de cargos de direção e assessoramento do serviço público pela iniciativa privada, exatamente naquelas empresas que, anteriormente, tinham a obrigação de fiscalizar ou com as quais os órgãos públicos em que atuavam firmaram contratos vultosos. “Cresce, cada vez mais, frente a esses casos, a suspeita da opinião pública de que tais servidores, durante o período em que militavam no serviço público, praticaram advocacia administrativa a favor das empresas que depois os recompensa com a admissão em seus quadros com polpudos salários e vantagens”, afirmou a deputada. Uma comissão especial, ainda a ser constituída, deverá examinar a PEC aprovada pela CCJR.

## Jutahy defende rejeição de MP sobre anúncio de cigarro na Fórmula 1

O líder do PSDB, Jutahy Junior (BA), fez um apelo para que o plenário rejeite a MP 118/03 que permite a propaganda de cigarro em eventos esportivos internacionais até julho de 2005 e que possibilitou que as escuderias de Fórmula 1 tivessem a logomarca desses produtos estampadas em seus veículos durante o Grande Prêmio Brasil, realizado no último dia 6. “Convoco os deputados, suprapartidariamente, para que derrubem essa vergonhosa e indecente medida provisória”, declarou o líder, criticando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ceder ao lobby de empresas estrangeiras de tabaco.

Jutahy Junior lembrou que as leis 9.294/96 e 10.167/00 só permitem a propaganda de cigarros nas áreas internas dos locais de venda, o que faz com que o País possua a mais exemplar Lei Antitabagista do mundo. Ele considerou a edição da MP “um abu-



Jutahy Junior

so contra a saúde pública”. O líder tucano criticou ainda o ministro da Saúde, Humberto Costa, por ter sido um dos signatários da medida provisória. “Ele deveria ser o maior opositor”, frisou.

## Pannunzio: MP protege prefeita

Os deputados Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) e Carlos Nader (PFL-RJ) também criticaram a medida provisória que prorroga até 2005 a permissão para publicidade de cigarro nas provas de Fórmula 1. No entender de Pannunzio, o presidente Lula editou essa MP para proteger a prefeita Marta Suplicy da representação que ajuizou na Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, por ela ter avalizado a realização de um evento com patrocínio explícito de marcas de cigarro. “No contexto de quem assinou essa MP, lei é apenas para tupiniquim, para subdesenvolvidos. Aos estrangeiros, que chegam com seus uniformes vistosos e seus carrões, é dado o direito de não cumpri-las”, protestou.

“Em vários países, a publicidade de cigarro é proibida, inclusive em eventos esportivos”, disse Carlos Nader. Segundo o parlamentar, países como Bélgica e Áustria preferem não sediar a Fórmula 1 a abrandar a legislação antitabagista.

Já o deputado **Henrique Fontana (PT-RS)** explicou que em todos os prêmios transmitidos para o Brasil será obrigatória a inserção de propaganda contra o fumo, de 15 em 15 minutos, ao longo de todo o Grande Prêmio. “Antes da edição desta MP, as corridas de Fórmula 1 feitas em países onde não há proibição da propaganda das marcas de cigarro eram transmitidas para o Brasil com total liberdade, sem qualquer restrição”, assinalou.

## Campanha pela reforma do IRPF conta com apoio de parlamentares

Durante o lançamento da campanha *Imposto de Renda com Justiça*, realizado ontem no Auditório Nereu Ramos, o relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), reconheceu que o tributo se transformou em instrumento meramente arrecadatório, onerando os trabalhadores que ganham menos e favorecendo aqueles com salários mais elevados. Virgílio Guimarães, que no evento representou o presidente João Paulo, garantiu, no entanto, que a Casa irá realizar mudanças “profundas” no Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). “Essas mudanças não ficarão restritas apenas às alíquotas”, adiantou. Segundo ele, o Imposto de Renda da Pessoa Física precisa de novos conceitos e novos critérios.

O líder da bancada do PT, deputado Nelson Pellegrino (BA), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao eleger as reformas da Previdência e tributária como prioridades, sinalizou sua vontade em promover mudanças que resultem em distribuição de renda. “Podemos fazer alterações no Imposto de Renda que não resulte, necessariamente, em redução da carga tributária”, explicou.

Ex-secretário da Receita Federal, o professor de Direito Tributário Osiris Lopes Filho disse que a reforma do Imposto de Renda é simples porque não precisa de alterações na Constituição, podendo ser feita por legislação ordinária. Ele concordou com o líder Pellegrino de que é possível promover a reforma sem prejuízos para a arrecadação tributária.

Diretor de Assuntos Jurídicos da Unafisco, entidade dos auditores-fiscais que lançou a campanha, Luiz Tadeu Matozinho alegou que, até o momento, não foi tratada, dentro das discussões da reforma tributária,



Virgílio Guimarães

qualquer proposta para mudar o Imposto de Renda de Pessoa Física. Para comprovar a injustiça do atual sistema tributário, apresentou dados do IBGE que mostram que quem ganha até dois salários mínimos compromete 33,7% do seu rendimento com o pagamento de tributos e aqueles que ganham mais de 30 salários mínimos comprometem apenas 7% da sua renda. “É um sistema que concentra a tributação no consumo e na renda, onerando mais os setores com baixa renda”, frisou.

Ele explicou que o objetivo da campanha é implementar a progressividade no Imposto de Renda de Pessoa Física, garantir a isonomia entre os diferentes rendimentos, corrigir a tabela do IRPF e mudar as alíquotas e as regras de deduções. Já o presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Mussa Demes (PFL-PI), lembrou as dificuldades enfrentadas na Casa para aprovar a correção da tabela do IR no governo de Fernando Henrique Cardoso. Também participaram do evento a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

# Bismarck Maia saúda criação do Ministério do Turismo

O deputado Bismarck Maia (PSDB-CE) elogiou a iniciativa do ministro do Turismo, Walfredo Mares Guia, de fixar objetivos de médio e longo prazo para caracterizar sua gestão no planejamento e dar seqüência lógica ao trabalho realizado pela Embratur. O parlamentar fez um balanço da atividade da Pasta de turismo e um relato dos progressos e das dificuldades de se colocar como um setor estratégico para a economia nacional.

O parlamentar revelou sua preocupação com a demora na aprovação da estrutura do ministério do Turismo pela Pasta do Planejamento, fato que ocorreu na última semana para o alívio de milhões de trabalhadores na atividade. "Mais do que um alívio, a criação do ministério contemplou um objetivo dos profissionais que trabalham na indústria de turismo. Disse que essa



Bismarck Maia

luta tem suas raízes no governo Itamar. "Isso permitiu ao Brasil conquistar significativos espaços, que atualmente caracteriza-se pelo profissionalismo e pela competitividade", segundo Bismarck Maia. Destacou ainda que, no ano 2000, o setor foi responsável pelo ingresso de US\$ 4,2 bilhões em divisas no Brasil, fato que gerou reflexos sobre os jovens que estão definindo seu futuro profissional na

atividade turística.

Bismarck Maia admitiu que, apesar do quadro, ainda há muito a ser feito para consolidar a Política Nacional de Turismo. Ele lembrou episódios que abalaram o setor, como a falência das duas principais agências de turismo do País, a Soletur e a Stella Barros; a extinção da Transbrasil; o colapso econômico-financeiro do Mercosul, em especial da Argentina; entre outros. Ao concluir, disse que para se nivelar aos principais destinos turísticos do mundo, o País precisa contar com uma infra-estrutura diversificada de meios de transporte, dando principal enfoque à recuperação das rodovias e à ampliação do sistema ferroviário, vez que os países que apresentam um nível de excelência no setor oferecem ao mercado de viagens ferrovias modernas, com baixo custo e segurança.

## Daniel Almeida registra aniversário de Salvador

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) registrou o aniversário da cidade de Salvador, que no último dia 29 completou 454 anos. "Responsável por um dos mais belos patrimônios culturais da humanidade, o centro histórico

do Pelourinho é cartão de visitas do baiano e orgulho do brasileiro. Em Salvador há, no entanto, duas cidades: a dos trios elétricos e a do bloco de desempregados; a da "axé music" e a dos que só têm voz para mendigar nas ruas; a dos romances

de Jorge Amado e a das histórias tristes da realidade; a das praias deslumbrantes e a da pobreza das favelas; a das suaves canções de Caymmi e a do duro cotidiano dos que não vivem, mas apenas sobrevivem", assinalou.

## Colombo relembra mandato de oposição no Legislativo do Paraná



Colombo

Ao fazer um balanço dos oito anos em que atuou no Legislativo do Paraná, o deputado Colombo (PT-PR) relembrou a atividade oposicionista que marcou o seu mandato, quando fez uma oposição "vigorosa", o que qualificou com "modelo de governo liberal, privatista, irresponsável e imoral gerenciado pelo ex-governador Jaime Lerner."

Colombo revelou que quando iniciou seu primeiro mandato na assembléia legislativa, presidiu a recém-instalada CPI da Prostituição Infantil, onde encontrou muitas dificuldades para fazer investigações no âmbito social. O deputado disse que, quando exerceu a presi-

dência da Comissão de Educação, travou os primeiros debates com relação aos rumos da educação no estado. "Nos últimos anos, o governo do Paraná criou um programa para trazer recursos do Banco Mundial, o que resultou na destruição do ensino profissionalizante, com a extinção de disciplinas que formavam o cidadão no ensino médio". Colombo denunciou ainda um esquema de "supletivização" no estado, ao permitir que associações de professores ou da comunidade gerenciem cursos supletivos.

O deputado petista também criticou as ações tomadas pelo governo Lerner nos setores de Saúde, Transporte e Esporte. Ressaltou, porém, que o novo governador do Paraná, Roberto Requião, está retomando o controle do interesse público com a participação de partidos entre os quais o Partido dos Trabalhadores. "Estamos reconstruindo o estado, não só materialmente, mas moralmente. Estamos acertando todas as empresas que foram privatizadas ou colocadas sob o controle de terceiros que não tinham nenhum interesse pelos paranaenses", enfatizou.

<b>Jornal da Câmara</b> ANEXO 15 ANDARAIA 605 FONE: (0xx61) 318-5088/99 FAX: (0xx61) 318-2196	<b>Disque Câmara</b> 0800 619619		<b>Tv Câmara - canal 14 -Net/DF</b> <b>canal 28 -Sky</b> <b>canal 235 -DirecTV</b>	 <a href="http://www.agencia.camara.gov.br">www.agencia.camara.gov.br</a>	<b>Mídias Alternativas</b> Internet/Intranet <a href="mailto:midias@camara.gov.br">midias@camara.gov.br</a>
<b>Jornal da Câmara na internet: <a href="http://www.camara.gov.br">www.camara.gov.br</a> / E-mail: <a href="mailto:jornal@camara.gov.br">jornal@camara.gov.br</a></b>					
<b>Mesa da Câmara dos Deputados</b> <b>Presidente:</b> João Paulo Cunha <b>1º Vice-Presidente:</b> Inocêncio Oliveira <b>2º Vice-Presidente:</b> Luiz Piauhyllino <b>1º Secretário:</b> Geddel Vieira Lima <b>2º Secretário:</b> Severino Cavalcanti <b>3º Secretário:</b> Nilton Capixaba <b>4º Secretário:</b> Ciro Nogueira <b>Suplentes:</b> Gonzaga Patriota, Wilson Santos, Confúcio Moura e João Caldas <b>Procuradoria Parlamentar:</b> Luiz Antonio Fleury <b>Ouvidoria Parlamentar:</b> Luciano Zica <b>Diretor-Geral:</b> Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida <b>Secretário-Geral da Mesa:</b> Mozart Vianna de Paiva	<b>SECOM - Secretaria de Comunicação Social</b> <b>Diretor:</b> Márcio Araújo (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108 <b>Divulgação:</b> Mauro di Deus (061) 318-5085 <b>Relações Públicas:</b> Sílvia Mergulhão (061) 318-5092 <b>Rádio Câmara:</b> Humberto Martins (061) 318-8310 <b>TV Câmara:</b> Sueli Navarro (061) 318-5080 <b>Agência Câmara:</b> Paulo César Santos (061) 318-8473 <b>Mídias Alternativas:</b> Arnolfo Carvalho (061) 318-7420 <b>Coordenador de Jornalismo:</b> Cid Queiroz (061) 318-8475	<b>Jornal da Câmara</b> <b>Diretor:</b> Roberto Seabra (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196 <b>Editor-Chefe:</b> Marcondes Sampaio <b>Editores:</b> Marina Carvalho, Oscar Telles, Vera Ramos e Beatriz Cleto <b>Diagramadores:</b> José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho, Guilherme Rangel Barros e Antônio Alves F. Júnior <b>Ilustrações:</b> André Cerino <b>Revisoras:</b> Isolda Marinho, May Wolf e Francy Borges <b>Fotografia:</b> J. Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Elton Bomfim, Reynaldo Stavale e Luiz Cruvinel <b>Impressão:</b> Imprensa Nacional / Presidência da República			

## AGENDA

## Agenda da Câmara

## QUARTA-FEIRA, 09.04.03

## PLENÁRIO

Hora: 9:30 pauta: Sessão solene em homenagem à *Memória do Médico Josué de Castro e ao Dia Mundial da Saúde*.

Hora: 14:00 pauta: Apreciação da MP 103/03, que trata da organização da Presidência da República e dos ministérios. Também na pauta as MPs 91/02, sobre ensaios de bioequivalência para medicamentos genéricos importados, e 94/02, que reabre o prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos.

## COMISSÕES

## Seguridade Social

Hora: 9:30 pauta: Votação do PL 1.919/91, do Senado, que cria o *Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal*. Local: Plenário 7, Anexo II

## Fiscalização Financeira

Hora: 9:30 pauta: Apreciação de requerimentos. Local: Plenário 9, Anexo II

## Finanças e Tributação

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PL 3.385/97, que dispõe sobre a criação das Procuradorias da República nos municípios de Dourados e de Itaboraí, nos estados de Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro. Local: Plenário 4, Anexo II

## Amazônia e Desenvolvimento Regional

Hora: 10:00 pauta: Audiência para esclarecer sobre a ocorrência de práticas de trabalho escravo no estado do Pará. Presença da delegado Regional do Trabalho no Estado do Pará, Maria do Socorro Gomes Coelho. Local: Plenário 15, Anexo II

## Agricultura

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PLP 301/02, do deputado Orlando Desconsi (PT-RS), que institui a modalidade de Crédito Fundiário. Local: Plenário 6, Anexo II

## Ciência e Tecnologia

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PL 5.942/90, do Senado, que declara de utilidade pública os serviços de radiomador e de radiocidadão. Local: Plenário 13, Anexo II

## Minas e Energia

Hora: 10:00 pauta: Audiência para discutir a expansão do sistema de geração de energia em Manaus – AM. Presença do presidente da Eletronorte, Silas Cavalcante Silva. Local: Plenário 16, Anexo II

## Viação e Transportes

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PL 7.192/02, do Senado, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-439. Local: Plenário 11, Anexo II

## Relações Exteriores

Hora: 10:00 pauta: Audiência com a presença do general de Exército, Jorge Armando Félix, ministro Chefe da Segurança Institucional de Presidência da República. Local: Plenário 3, Anexo II

## Defesa do Consumidor

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PL 5.802/01, do Senado, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Hora: 14:30 pauta: Audiência para discutir o desastre ambiental causado pelo vazamento de produto tóxico da barragem da empresa Cataguazes Indústrias de Papel de Minas Gerais. Presença do presidente do Ibama, Marcus Luiz Barroso.

Local: Plenário 8, Anexo II

## Economia

Hora: 10:00 pauta: Votação do PL 6.672/02, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cria o rastreamento da produção e consumo de medicamentos através do controle por códigos de barra. Local: Plenário 5, Anexo II

## Trabalho

Hora: 10:00 pauta: Apreciação do PL 6.388/02, do Senado, que aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado.

Local: Plenário 12, Anexo II

## Educação

Hora: 10:30 pauta: Seminário *Semana de Ação Global pelo Direito à Educação*. Presença do assessor especial da Unesco na área de Educação, Célio Cunha.

Local: Auditório do Espaço Cultural

## Desenvolvimento Urbano

Hora: 14:00 pauta: Solenidade de entrega do prêmio Protetores do Direito à Moradia, oferecido pelo Centro de Direito à Moradia contra Despejos (Cohre) ao governo brasileiro e à Comissão pela aprovação do Estatuto das Cidades. Presença do ministro das Cidades, Olívio Dutra. Local: Auditório Nereu Ramos, Anexo II

## Legislação Participativa

Hora: 14:00 pauta: Apreciação da Sugestão 34/02, da Associação Comunitária do Chonin de Cima, que dispõe sobre a criação de Banco Postal em localidades acima de 1 mil eleitores. Local: Plenário 3, Anexo II

## Direitos Humanos

Hora: 14:30 pauta: Instalação das subcomissões permanentes da Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso; dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente; e do Sistema Prisional, Grupo de Extermínios, Tortura e Trabalho Forçado.

Local: Plenário 9, Anexo II

## Segurança Pública

Hora: 14:30 pauta: Apreciação de requerimentos. Local: Plenário 6, Anexo II

## ESPECIAL

Hora: 11:00 pauta: Instalação da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria. Presença do vice-presidente da República, José Alencar; do ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, e do presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Local: Auditório Nereu Ramos, Anexo II

## Henrique Afonso cobra política para uso sustentável da biodiversidade

Políticas públicas que incentivem o uso sustentável da biodiversidade e criem barreiras à adoção dos sistemas predatórios de uso da terra, além de valorizar o conhecimento empírico das populações tradicionais e dos pequenos produtores na definição dos sistemas de manejo. É o que defendeu o deputado Henrique Afonso (PT-AC), ao citar dados do Ministério do Meio Ambiente que apontam que cerca de 45% do PIB brasileiro derivam da utilização de recursos da biodiversidade incluindo produtos da agroindústria, setor florestal e pesca. “Além disso, ela é essencial também para a reprodução econômica, social e cultural das populações tradicionais, como índios, extrativistas e pescadores artesanais, e dos pequenos produtores nos diversos biomas, especialmente na nossa Amazônia”, frisou o deputado petista, ao assinalar que no Brasil o uso da biodiversidade sempre se caracterizou pela não sustentabilidade. “Dessa maneira, acumulamos perdas de diversidade biológica, de oportunidades sociais e econômicas para o desenvolvimento sustentável do País”.

Henrique Afonso fez ainda um alerta sobre a forma ilegal com que parte dos recursos genéticos são re-



Henrique Afonso

metidos para fora do País, citando pesquisa da Assembléia Legislativa do Acre que apontou que, só em

1996, mais de 500 quilos de sementes de várias espécies de plantas amazônicas saíram do Brasil para serem pesquisadas no exterior. “A CPI destinada a investigar o tráfico de animais e de plantas, instalada no ano passado, reforçou em seu relatório final a importância da agilização da tramitação e votação de proposições que dispõem sobre o acesso aos recursos genéticos e seus derivados, e aos conhecimentos tradicionais a estes vinculados, um dos mecanismos de combate à biopirataria, e proposições que dispõem sobre as infrações e penalidades”, avaliou.

## Paes Landim defende proteção ao cerrado

O deputado Paes Landim (PFL-PI) reiterou apelo à ministra Marina Silva por medidas urgentes de proteção ao ecossistema do cerrado que, na avaliação do parlamentar, corre o risco iminente de sofrer processo de degradação, principalmente no Piauí. O deputado pefelista mostrou-se convencido de que a ministra avocará para seu gabinete a responsabilidade de estudar e corrigir as causas da de-

certificação. Paes Landim alertou que a desertificação está ocorrendo em vários estados onde os plantadores de soja operaram, mas que o governo federal não tem condições de acompanhar de perto as atividades desenvolvidas no cerrado. “O governo anterior teve tanta desconsideração pelo tema que não paga há três anos sua contribuição anual à Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Desertificação”, disse.

## Deputada pede regulamentação do transporte escolar

A deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO) defendeu urgência para o PL 4.476, do então deputado Nelson Marchezan, que regulamenta a participação da União, dos estados e dos municípios na condução administrativa do transporte escolar na zona rural. Aprovado na Câmara e no Senado, a proposição retornou a esta Casa há menos de um mês e aguarda ser incluída na pauta de votação do plenário.

“O presidente Lula sabe das dificuldades da pobreza e, portanto, dos sonhos de todo pai e de toda mãe, que quer para seu filho um futuro melhor do que tiveram. E esse sonho passa pela educação. As famílias mais simples sabem que é pela educação que seus filhos mu-

darão de vida”, salientou.

Ao registrar a morte de uma garota de nove anos, provocada por acidente com uma caminhonete de transporte escolar, a parlamentar advertiu que acidentes semelhantes acontecem pelo Brasil afora. “Crianças morreram ou sofreram acidentes tentando chegar à escola; outras tiveram seu primeiro contato com as drogas, com o cigarro, durante o período em que perambulavam pelas cidades, ociosas, aguardando para retornar à casa, uma vez que muitos estudam de manhã e a condução só sai no final do turno vespertino”.

De acordo com a deputada, os prejuízos para as crianças da zona rural não param por aí, já que milhares delas, no início de cada ano,



Professora Raquel Teixeira

ficam à mercê das divergências sobre quem deve assumir a responsabilidade de prover as despesas com transporte escolar: o executivo estadual ou os municípios.

# Pirataria gera R\$ 300 milhões de sonegação fiscal

Em audiência conjunta entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão do Trabalho, a Associação Brasileira dos Produtores de Discos divulgou ontem que o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo em pirataria de música – atrás da China e da Rússia – tendo alcançado 50% do comércio de CDs no País, o que representa 85 milhões de discos por ano. O resultado é um prejuízo tributário de R\$ 300 milhões anuais pelo não-recolhimento de impostos.

Os efeitos sociais também são drásticos: a pirataria musical foi responsável por reduzir em 30% os postos de trabalho, em 24% o lançamento de produtos, e pelo fechamento de cerca de 2 mil pontos de venda no País. A venda ilegal de CDs, segundo a Associação, já causou o fim de 56 mil empregos na indústria. “A pirataria de CDs é crime organizado”, disse o diretor-geral da Associação, Paulo Rosa, ao denunciar que esse crime é praticado por uma máfia, envolvendo a importação de CDs virgens que



Artistas denunciaram conseqüências sociais da pirataria musical

entram diretamente pelos portos e aeroportos brasileiros ou são contrabandeados pelo Paraguai.

Presentes na audiência os cantores Alcione, Gabriel o Pensador, Toni Garrido, Leonardo, Martinho da Vila, Xandy e Gian & Giovani vieram pedir apoio para a elaboração de leis que combatam a pirataria musical no Brasil.

Para Gabriel o Pensador, as pessoas ainda não estão preocupadas com esse crime por o considerarem “um pequeno delito”,

mas ele enfatizou que a população precisa entender que esse crime vem gerando desemprego.

A deputada **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)** anunciou a possibilidade de criação de uma frente parlamentar para combater a pirataria. A deputada alertou ainda que a pirataria prejudica a imagem do Brasil no exterior, que fica visto como um país que não respeita direitos autorais e não controla a reprodução ilegal de produtos.

## Artistas pedem leis para combate aos CDs piratas

Pela manhã, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, recebeu o diretor-geral da Associação Brasileira de Produtores de Discos, Paulo Rosa, que veio com os artistas. Acompanhados da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) vieram pedir apoio para elaboração de leis contra a pirataria musical no Brasil.

O presidente João Paulo afirmou que o combate à pirataria já conta com o apoio da maioria dos parlamentares na Câmara; prova disso, foi a aprovação do Projeto de Lei 2.681/96 no dia 20 de março sobre o assunto, que foi encaminhado

para o Senado. Pelo projeto, o juiz poderá determinar a destruição do material apreendido e o perdimento dos equipamentos usados para a sua produção. Esses equipamentos ficarão sob a responsabilidade da Fazenda Nacional, que poderá destruí-los ou doá-los aos estados, aos municípios, ao Distrito Federal ou a instituições oficiais de ensino ou pesquisa, ou de assistência social, ou então incorporá-los ao patrimônio da União. As cópias de bens intelectuais feitas para uso individual, sem finalidade de comercialização, não são classificadas como crime contra o direito autoral.

João Paulo assinalou que a in-

cumbência de ação e repressão à pirataria é do Poder Executivo. “O Legislativo fornece os instrumentos para que essa ação tenha base legal para essa fiscalização e repressão”. O presidente afirmou que já discutiu o assunto com os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, que demonstraram preocupação. “Tudo que pudermos fazer para trazer as atividades informais para a formalidade será feito. A informalidade não traz benefícios para ninguém. Não só na área de CD, mas em todas as áreas”.

## Zé Geraldo ressalta papel das rádios comunitárias

O deputado Zé Geraldo (PT-PA) ressaltou o importante papel das rádios comunitárias na democratização das informações e suas dificuldades para funcionarem no País. “Uma rádio comunitária é a consequência política da democratização da sociedade que traça estratégias de articulação, criando uma base social instalada, com inúmeras entidades que necessitam de meios comunicativos para interagir com a sociedade”, afirmou.

Na sua análise, as formas de comunicação tradicionais utilizadas pelos movimentos sociais atingem uma pequena parcela da sociedade. “Ao contrário das rádios comunitárias, que além de serem meios de comunicação de massa em nível local, têm relação com a maioria das organizações sociais”, frisou.

Segundo o parlamentar, há mais de 20 anos, começou o movimento de rádios comunitárias e depois de longas lutas e discussões, em 1988, foi criada a Lei de Rádio e Difusão Comunitária. “No decorrer desse tempo, cerca de 10.500 processos foram protocolados no Ministério das Comunicações, sendo que apenas 10% foram autorizados. Essa demora está relacionada com a pequena estrutura do ministério, sendo incompatível também com as exigências da organização da sociedade brasileira”, ressaltou.



Zé Geraldo

Para o parlamentar, uma rádio comunitária é o empreendimento de um conjunto de entidades, diferentemente dos empreendimentos particulares. “O sistema tem um baixo custo e qualquer localidade tem condição de instalar a sua emissora”, ressaltou. O petista lembrou que no estado do Pará são 307 pedidos de emissoras. O estado possui 143 municípios e desses apenas 27 têm processos autorizados pelo Ministério das Comunicações, sendo a menor média dos processos aprovados, comparando-se ao índice de autorizações conseguidas pelos estados vizinhos.

Para José Geraldo, cabe ao novo governo promover a participação para a organização de novos meios e sistemas de comunicação. “Com o diferencial de assentar-se na indução de políticas de comunicação para a sociedade, avançando além da regulamentação e controle”, frisou.

